

Entrevista com Luiz Antonio Machado da Silva

Novembro de 2010

Luiz Antonio Machado da Silva graduou-se em 1964, no curso de Sociologia e Política da PUC, no Rio de Janeiro. Realizou seu mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, de 1969 a 1971, e concluiu seu doutorado em Sociologia, nos Estados Unidos, em 1979. Entre 1973 3 outubro de 2010 foi pesquisador e em seguida professor titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-UCAM). Atualmente é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) e professor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde entrou em 1986. Em 2008 publicou a coletânea "Vida sob cerco - violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro" (Faperj/Nova Fronteira) com resultados de pesquisa coletiva por ele coordenada.

Especialista em estudos sobre favela, sociabilidade e violência, o professor Luiz Antonio Machado nos concedeu a honra de publicar nesta edição uma breve entrevista sobre sua trajetória intelectual.

REVISTA HABITUS: Vamos começar com a formação. Como foi a escolha do curso de Sociologia e Política da Puc?

Luiz Antonio Machado da Silva: Desde a adolescência me interessei por literatura, história, etc. – o que se costuma chamar de “humanidades” -, embora tenha cursado a segunda parte do ensino médio da época no “científico”, que era a alternativa de quem optava pelas engenharias e demais profissões “hard”. Tenho que reconhecer que esta não foi uma opção consciente, apenas segui a escolha de meus colegas mais próximos. Na época do vestibular, soube da existência do curso de sociologia da PUC/RJ por intermédio de Otávio Velho, amigo de muitos anos que estava prestando vestibular para lá. Não sabia com muita clareza do que se tratava, mas achei que podia ser uma boa solução. Fiz o vestibular, fui aprovado e, na medida em que me socializava no novo ambiente, mais aprofundava e consolidava meu interesse intelectual e profissional.

REVISTA HABITUS: O sr. passou dois anos (1962 – 1963) da graduação em um curso de Especialização em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia com outros colegas. Como foi essa experiência?

Luiz Antonio Machado da Silva: Naquele momento, a PUC/RJ contava com um excelente professor – Geraldo Semenzato – de quem o pequeno grupo de estudantes (Sérgio Lemos, Moacir Palmeira, Otávio Velho, Francisco Paiva Chaves e outros) do qual eu participava se aproximou. O “Semenzato”, como o chamávamos, estava se transferindo para a Universidade da Bahia, a chamado do professor Thales de Azevedo, que organizava um curso de pós-graduação em ciências sociais naquela universidade. Parece que não houve demanda suficiente, de modo

que a iniciativa transformou-se em um “curso de treinamento básico em ciências sociais”, ou seja, o que hoje se chama de curso de especialização. Semenzato convidou o grupo que havia se aproximado dele a prestar concurso para lá. Três de nós o fizemos (Sérgio, Moacir e eu), fomos aprovados e moramos juntos durante o curso. (Recebíamos uma pequena bolsa que nos sustentava sem que precisássemos trabalhar. Além do mais, todos os três aproveitamos o regulamento da época, que permitia que os alunos sem nota e/ou frequência fizessem provas “em segunda época”, de modo que completamos o bacharelado na Escola de Sociologia e Política da PUC/RJ sem atraso.)

Estávamos no segundo ano da PUC/RJ quando tudo isto aconteceu. Já não era mais o “momento zero” da formação, porém correspondeu a uma espécie de imersão total na reflexão característica da ciência social. Meus colegas cariocas eram muito competentes, os professores da especialização – quero mencionar particularmente Thales de Azevedo, Maria de Azevedo Brandão e o próprio Semenzato – excelentes, e o ambiente do curso na universidade rico e estimulante, com a vantagem adicional de haver pesquisa suficiente para engajar diversos alunos na prática da investigação. Fui muito ajudado por todos, e durante um ano respirei ciência social por 24 horas diárias (sim, eu cheguei a sonhar com Parsons, que era o grande *scholar* da época e cujo pensamento tive bastante dificuldade de compreender). Posso dizer, sem medo de errar, que este período foi absolutamente decisivo na consolidação de meus interesses intelectuais e no estabelecimento das bases de minha formação.

REVISTA HABITUS: O sr. conclui sua graduação em 1964, início do regime militar. Em 1965 Carlos Lacerda está em seu último ano de governo do Estado da Guanabara, caracterizando-se como “o governo das remoções”. Como foi ingressar na Secretaria de Serviços Sociais da Guanabara em 1965? De alguma forma essa experiência influenciou seus interesses de estudo? Fale-nos um pouco sobre esse período.

Luiz Antonio Machado da Silva: Antes de responder à pergunta, gostaria de fazer um comentário lateral. Creio que minha trajetória pessoal, assim como qualquer outra, pode ser pensada a partir do conceito fenomenológico de “projeto”: independente da avaliação quanto à qualidade do conteúdo (que, obviamente, não é de minha alçada decidir), tenho produzido uma prática relativamente linear, ou orgânica, que expressa uma direção geral razoavelmente homogênea. Por outro lado, já mencionei e com certeza terei oportunidade de reiterar, o enorme peso das contingências e casualidades no desenrolar de minha vida profissional. Quero deixar registrado que considero meu “caso” uma evidência indiscutível de que um “projeto” não deve ser identificado com uma sequência de decisões racionais, livres e independentes do contexto. Uma entrevista como esta implica uma reconstituição, ou seja, uma modelização *ex post factum* que reúne um grande conjunto de práticas situadas – mobilizada pelas perguntas – por meio do recurso à memória pessoal.

Tivemos uma colega um pouco mais velha – Ana Judith de Carvalho – que acabou sendo também minha professora. Ela trabalhava também na secretaria mencionada, talvez (não tenho certeza) a convite do professor José Arthur Rios, na época responsável pela sociologia urbana no curso da PUC/RJ, que foi, por um curto período, Secretário de Serviços Sociais do governo Lacerda. (Isso ocorreu no momento em que o governador tentou, sem sucesso, expandir sua base de apoio na direção dos segmentos subalternos, com a mediação do Professor Rios, que era ligado ao Padre Lebrecht, importante liderança do reformismo católico francês com relações no Brasil). Creio, mas também não tenho certeza, que Ana Judith me chamou para trabalhar com ela porque fui uma espécie de monitor do Professor Rios no curso da PUC/RJ. De qualquer maneira, importa dizer que a orientação vigente no projeto-piloto de “desenvolvimento de comunidades” para o qual fui contratado como pesquisador provinha das idéias da teoria do serviço social americana, e recebia financiamento parcial do governo dos Estados Unidos. Não tinha, porém, nada a ver com as atividades de remoção de favelas, que naquele momento ainda não estavam explicitadas com clareza e, se estivessem, seriam incompatíveis com a ideologia associada ao “desenvolvimento de comunidades”, que se propunha como uma técnica de estímulo à formação da ação coletiva de base. Como quer que seja, este foi meu primeiro contato profissional com favelas (embora, devido a relações pessoais que construí durante meu serviço militar obrigatório, eu há muito já freqüentava, em caráter eventual, algumas favelas da zona sul). De lá para cá, as favelas se transformaram no meu objeto empírico privilegiado. Creio poder dizer que sou uma espécie de “reliquia” dos estudos acadêmicos sobre inúmeros aspectos das favelas. (A título de subsídio adicional a esta entrevista, sugiro a leitura de meu artigo *Quarenta anos de sociologia urbana*, na coletânea organizada por Sandra de Sá Carneiro e Maria Josefina Gabriel Sant’Anna: “Cidades - Olhares e Trajetórias”, Rio de Janeiro: Contraponto/Faperj, 2009. Nele, relaciono as variações de meus interesses temáticos com os tópicos dominantes da agenda acadêmica da sociologia urbana brasileira nas últimas décadas.)

REVISTA HABITUS: A UFRJ e o IUPERJ tiveram papéis centrais em sua trajetória intelectual, a começar por fazer parte da primeira turma de Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional, da UFRJ. Como se deu esse trânsito entre as instituições?

Luiz Antonio Machado da Silva: Não houve propriamente trânsito. Explico melhor. Quando eu era estudante, a pós-graduação não era uma continuação quase natural da graduação, como hoje em dia: as pessoas terminavam a faculdade e iam para o mercado que, em geral, tinha condições de absorvê-las, embora nem sempre nas suas especialidades. Eu tive a sorte de ter conseguido, desde o primeiro momento, trabalhar na minha (acho que fui dos primeiros a ser oficialmente registrado na carteira profissional como “sociólogo”). Durante cerca de cinco anos após meu bacharelado, fui contratado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, inicialmente atuando no mencionado projeto-piloto, e mais tarde, já no governo Negrão de Lima, na CODESCO, órgão da Secretaria Estadual de Economia dedicado à urbanização de favelas. Enquanto funcionário da CODESCO, a convite do Professor Roberto Cardoso de

Oliveira, ingressei na segunda turma do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (que na época só oferecia o nível de mestrado), sediado no Museu Nacional da UFRJ. Este foi meu primeiro contato, embora ainda como estudante, com a UFRJ. Em seguida, também com o apoio do Professor Roberto Cardoso de Oliveira, ingressei no doutorado na Universidade de Rutgers (Nova Jersey, USA), e só tive um breve retorno à UFRJ como professor convidado para um único curso no próprio PPGAS/Museu Nacional. Ainda durante o doutorado nos Estados Unidos, fui aproveitado no IUPERJ a convite da Professora Neuma Aguiar, que ali organizava a área de sociologia (ela havia sido minha professora no mestrado do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ). Foi somente muito mais tarde, em 1986, que passei a ter uma relação permanente com a UFRJ. Comecei como professor visitante, a convite da Professora Alice Rangel de Paiva Abreu, ex-colega da PUC/RJ que, com alguns outros professores, estava engajada em um profundo – e, posso acrescentar, muito bem sucedido – movimento de renovação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, que acabou se transformando no atual PPGSA/IFCS/UFRJ. Dois anos mais tarde, prestei concurso e tornei-me professor adjunto e, mais recentemente, professor associado. Nestes quase 25 anos, portanto, passei a ter “dupla militância”. Em uma avaliação retrospectiva, do ponto de vista do rendimento pessoal não tenho do que reclamar: a experiência de todos estes anos tem sido muito gratificante, apesar da óbvia dificuldade de conciliar os compromissos com as duas instituições. Acho, entretanto, que a recíproca não é verdadeira: considero que minha contribuição para o desenvolvimento institucional de ambos os programas tem sido prejudicada pela duplicidade da inserção pessoal. Por uma questão de honestidade, devo acrescentar que tenho explicações para não haver optado por uma das duas vinculações por todo este tempo. No entanto, evito apresentá-las por não ter segurança da medida em que elas são justificativas legítimas para a indefinição ou meras racionalizações desenvolvidas para aplacar a má consciência.

REVISTA HABITUS: O sr. participou do processo de consolidação das pós-graduações em Ciências Sociais no Brasil. Tendo orientado e participado de centenas de bancas de mestrado e doutorado, quais continuidades e rupturas o sr. observa na produção das gerações atuais, em comparação às anteriores?

Luiz Antonio Machado da Silva: Uma clara descontinuidade tem a ver com a drástica redução do tempo de titulação no mestrado e no doutorado, que acompanha a supervisão cada vez mais intensa, rígida e formalizada por parte dos órgãos centrais de gestão acadêmica. Quando eu comecei minhas atividades como orientador, dissertações de mestrado elaboradas em um período de dez anos não chegavam a ser uma norma, porém também não eram inteiramente incomuns. Tal extensão deveria ser inaceitável, mesmo levando em consideração como atenuante o fato de que, naquele momento o mestrado, no Brasil, funcionava como último nível da formação. Por outro lado, o bem sucedido processo de institucionalização da pós-graduação em nosso país tem levado a uma progressiva desvalorização do grau de mestre que talvez reproduza, de forma invertida, o exagero anterior. Para não me estender demais,

acrescento apenas que esta discussão é muito complexa, pois, ademais de ser necessário considerar a singularidade das diferentes áreas de conhecimento, é preciso também integrá-las como parte do conjunto do sistema nacional de pós-graduação.

Uma segunda – e, nesta entrevista, última – descontinuidade que eu gostaria de mencionar tem a ver com a faixa etária dos alunos. Mesmo sem ter em mãos estatísticas a respeito, é certo que ela tem decrescido forte e ininterruptamente, como resultado de dois processos conjugados: de um lado, o esgotamento da demanda reprimida, que acompanhou a expansão da pós-graduação iniciada ainda durante os governos militares (incluída, é bom sublinhar, a ciência social); de outro lado, as crescentes dificuldades de inserção profissional que, embora muito generalizadas, parecem ser ainda mais intensas nas humanidades. Não sou muito otimista na avaliação desta tendência. Penso que em nossa área uma certa maturidade *existencial* (não me refiro ao conhecimento intelectual nem à erudição) é indispensável para a boa reflexão. É claro que o tempo de vida não é o único veículo de amadurecimento, mas é um dos principais. Em contrapartida, devo reconhecer que, ao mesmo tempo, muito tem me impressionado a altíssima qualidade do trabalho de inúmeros “jovens promissores”, como os mais velhos, como eu, costumam chamar os pesquisadores muito moços com que se deparam, alguns ainda sem idade suficiente para o ciclo completo da pós-graduação. Considero que esta é a face positiva da enorme seletividade provocada pelo excesso de oferta. (A cada vez maior quantidade de propostas submetidas às coordenações dos grupos de trabalho e seminários temáticos da ANPOCS, por exemplo, pode ser usada como evidência desta afirmativa.) Não creio, porém, que esse lugar ao sol atingido por muito poucos compense o sofrimento psíquico e a inviabilização das carreiras dos muitos que têm um desenvolvimento mais lento e menos espetacular – e digo isso pensando mais no resultado agregado, “social”, e não tanto no efeito singular para o destino pessoal de cada um. No final das contas, o aspecto positivo resulta de um processo perverso e pouco eficaz do ponto de vista social global.

REVISTA HABITUS: Quais foram as transformações que suas análises sobre a violência, mais especificamente seu conceito de "sociabilidade violenta", sofreram com as mudanças no cenário da criminalidade urbana do Rio de Janeiro? Como fica o escopo desse conceito neste novo cenário de “polícia pacificadora”?

Luiz Antonio Machado da Silva: Não creio que a “sociabilidade violenta” seja um conceito. Penso nela como uma noção que tem relevância heurística por especificar (típico-idealmente) uma modalidade de coordenação de práticas sociais, nada mais. Ou melhor, há mais, e isso me interessa, porém estou longe de ser capaz de dar conta, ao menos neste momento: se a análise empírica da “sociabilidade violenta” (expressão que pretende indicar que a violência física é um princípio de coordenação das práticas, e não um simples meio de obtenção de interesses relativos a valores ideais ou materiais) se sustenta, como eu acredito, ela representa enorme desafio teórico para todas as variantes da tradição da ciência social que, cada uma à sua maneira, definem “social” como implicando necessariamente “referência de valor”.

Quanto às UPPs, uma das pesquisas recentemente iniciadas pelo grupo do qual participo, com financiamento da Faperj, propõe-se a estudar o impacto delas sobre a sociabilidade no Rio de Janeiro, ao nível das localidades diretamente afetadas e da cidade como um todo. Uma vez que este trabalho está começando, limito-me a remeter o leitor a um artigo de opinião pessoal, *Os avanços, limites e perigos das UPPs*, publicado n.º 0 Globo, Caderno Prosa e Verso, em 20/03/2010, pg.03[1]

REVISTA HABITUS: Por fim, pedimos que o sr. aponte um livro, um personagem (real ou fictício) ou um fato que considera ter marcado sua trajetória intelectual.

Luiz Antonio Machado da Silva: Considero que esta é uma boa oportunidade para um reconhecimento e um agradecimento público, que nunca tive oportunidade de fazer, a Anthony Leeds. Considero que este *brazilianist* com muitos anos de pesquisa no Brasil foi a personalidade individual que mais profundamente estudou as favelas brasileiras e melhor as compreendeu. Para mim, entretanto, Tony foi muito mais do que um *scholar* importante em minha formação intelectual – ele foi uma espécie de guru, uma referência modelar na constituição da minha identidade de pesquisador, tanto no sentido cognitivo quanto moral do termo. Sempre me impressionou a generosidade e o respeito que ele demonstrava pelos membros das populações estudadas – o que lhe conferia uma incrível facilidade para estabelecer relações de confiança e abertura com os informantes – sem que isso afetasse um milímetro da autonomia crítica indispensável à análise. E eu sempre me identifiquei com a falta de arrogância de uma pessoa que, sem dúvida, tinha a clara consciência da distância intelectual que o separava do grupo de jovens que ele usava como uma espécie de assistentes de pesquisa, mas cujos préstimos devolvia em dobro, orientando-os existencial e intelectualmente de maneira tão delicada que os próprios beneficiários pouco se davam conta da extensão da ajuda que recebiam. Meu agradecimento, lamentavelmente póstumo. 🙏

NOTA

[1] Para versão na íntegra do artigo “Afim, qual é a das UPPs?”, acesse o link: http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf

Entrevista realizada por: Juliana Athayde e Marcella Carvalho.